

O estranho marxismo da Teoria do Moderno Sistema Mundial (ou O que foi feito do imperialismo e da dependência?)

The strange marxism of Modern World System Theory (or What was made of imperialism and dependency?)

Marisa Silva Amaral*

Resumo: Apoiada nas teses clássicas do imperialismo e em sua compreensão acerca da formação e evolução do capitalismo como economia mundial, a teoria marxista da dependência (TMD) se constitui enquanto tal a partir de meados dos anos 1960, tratando de oferecer uma visão dos impactos do imperialismo global na América Latina desde uma perspectiva latino-americana, não eurocentrista. Nessa linha, e anos mais tarde, é inaugurada a teoria do sistema-mundo (ou do moderno sistema mundial), assumida por seus teóricos e intérpretes como um resultado da evolução da teoria da dependência, como um desdobramento ou uma continuidade direta desta teoria, representando, neste sentido, sua superação. E é justo este o ponto que aqui nos interessa. Pretendemos problematizar esta noção de uma teoria do sistema-mundo complementar à teoria da dependência. Nosso entendimento é o de que, em termos teóricos, metodológicos, analíticos e epistemológicos, esta teoria não guarda relação com a TMD, uma vez que suas análises postulam o desenvolvimento de relações de interdependência entre as economias no plano mundial, o que parece redundar na negação do imperialismo e, portanto, em conclusões políticas muito diversas daquelas nas quais avançam os dependentistas. No limite, ainda que partindo de uma análise generalista, tudo nos leva a crer que sequer é possível identificar a teoria do sistema-mundo como uma teoria marxista, como reivindicam seus signatários.

Palavras-chave: teoria do sistema mundo, marxismo, imperialismo, dependência.

Abstract: Based on the classic theses of imperialism and its understanding of the formation and evolution of capitalism as a world economy, the Marxist Theory of Dependency (MTD) has being constituted as such from the mid-1960s, trying to offer a vision of the impacts of global imperialism in Latin America from a Latin American and non-Eurocentric perspective. In this line, and years later, the World System Theory (or the Modern World System Theory) – assumed by its theorists and interpreters as a result of the evolution of the dependency theory, as an unfolding or a direct continuity of this theory – is inaugurated, representing, in this sense, the MTD overcoming. This is the point that interests us here. We intend to problematize this notion of a world system theory complementary to the dependency theory. Our understanding is that, theoretically, methodologically, analytically and epistemologically, this theory is unrelated to MTD, since its analyzes postulate the development of interdependence relations between economies in a world level, which seems to deny imperialism and, therefore, the political conclusions in which the MTD advances. At the limit, even if starting from a generalist analysis, everything leads us to believe that it is not even possible to identify the world system theory as a Marxist theory, as claimed by its signatories.

Key words: World System Theory, Marxism, imperialism, dependence.

* Doutora em Economia do Desenvolvimento pelo IPE-FEA/USP e Professora Adjunta do IERI-UFU.

Introdução

O desejo de pôr em debate as ideias expressas neste ensaio parte do embaraço que nos traz a afirmação de Dos Santos (2000, p. 55) quando recupera o mapeamento e síntese feita por Hettne (1992) acerca da evolução das teorias do desenvolvimento: “[...] a teoria da dependência tem como resultado de sua evolução a teoria do sistema-mundo [...]”.

Apesar da aparente aceitabilidade presente nesta inferência, a mesma desdobra uma série de considerações e pormenores que não são triviais quando consideramos os objetivos, métodos e contrapé teórico reivindicado por ambas as teorizações. Num primeiro olhar, tanto a Teoria Marxista da Dependência (doravante TMD) quanto a Teoria do Sistema-Mundo (doravante TSM) fincam raízes nas relações desiguais que se estabelecem a partir do final do século XIX entre os países industrializados e aqueles que se inserem no plano mundial como economias dependentes, periféricas, subordinadas.

Portanto, na aparência, ambas se ligam ao debate sobre imperialismo que é inaugurado no início do século XX. Na essência, entretanto, quando partimos para uma análise mais cuidadosa da TSM, não parece ser este o caso. Esta abordagem apresenta uma inarredável confusão em relação a categorias caras à análise do imperialismo, da dependência e, no limite, da própria teoria marxista, tal como tentaremos sugerir adiante.

1. Elementos centrais da Teoria do Moderno Sistema-Mundo

A abordagem do sistema-mundo se origina no início dos anos 1970 a partir de uma série de debates que tinham como objetivo compreender a nova realidade social que emergia com o fim dos chamados Anos Dourados do capitalismo vigente desde o fim da II Guerra Mundial até aquele momento.

O sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein figura talvez como o principal nome no debate atual sobre o sistema-mundo, já que ofereceu importantes avanços para a definição e caracterização deste arcabouço teórico. Se vale do tratamento braudeliano sobre as ondas longas que representam os diferentes sistemas-mundo registrados antes do sistema-mundo capitalista, assim como deste próprio. Adiciona à impressionante recomposição que faz Braudel de um período histórico bastante longo a teoria dos ciclos desenvolvida pelo economista russo Nikolai Kondratiev.

Em diálogo com a tradição cepalina dos anos 1950 e com o debate sobre a dependência dos anos 1960/70, a teoria do sistema-mundo incorpora as categorias centro

e periferia em sua análise, entendendo que os Estados centrais são assim qualificados por apresentarem maior capacidade produtiva e maior potencial de lucratividade de seus processos produtivos do que os países periféricos, e isto se colocaria como o definidor da forma como se organiza uma espécie de hierarquia internacional. Um ponto relevante que deve ser aqui mencionado é o de que a separação que se faz entre centro e periferia não considera ambas as estruturas de maneira separada, com leis próprias de desenvolvimento do sistema. Trata-se de um único sistema no qual figuram diferentes setores exercendo diferentes funções.

Centro, periferia e semiperiferia se diferenciam pelas diferentes formas de controle do trabalho que lhes são características. No primeiro caso, como se trata de uma estrutura produtiva baseada numa composição do capital mais elevada, o trabalho tende a ser mais especializado, diversificado e produtivo, enquanto que no segundo, em razão da predominância de uma economia de monocultura exportadora, o trabalho tende a ser pouco produtivo e vinculado a formas de escravidão e coerção, que obrigam os trabalhadores a produzirem mercadorias para as trocas internacionais. Quanto às semiperiferias, as mesmas apresentariam formas híbridas de controle do trabalho, combinando a escravidão/coerção com a especialização/diversificação.

Wallerstein (2004) reconhece que tanto centro quanto periferia sustentam seus níveis de produção à custa da periferia e que, a despeito de tal subordinação, a periferia não se desvincula do sistema-mundo em função de inter-relações desenvolvidas entre os grupos capitalistas internacionais e nacionais no sentido de garantirem os benefícios econômicos extraídos por ambas as partes dessas relações.

Já nas semiperiferias a indústria nascente se desconcentra das áreas urbanas e avança para as zonas rurais e a característica que mais nos interessa aqui é a de que, a partir deste movimento, as semiperiferias se convertem em “corredores” utilizados pelos países centrais para o transporte de excedentes em via de mão dupla.

Objetivando, então, explicar as transformações capitalistas pós-1970, Wallerstein (2003) parte da compreensão de que o desenvolvimento do capitalismo tem estreita relação com uma dinâmica histórica dividida por grandes flutuações, tal como apreendido pela teoria dos ciclos de Kondratiev. Como esclarece o próprio Wallerstein (2003, p.72), os ciclos de Kondratiev são compostos por uma fase A e por uma fase B – a fase de expansão e a fase de contração da economia, respectivamente –, cada qual com duração aproximada de 25 a 30 anos. Os períodos de expansão e de retração

[...] distinguem-se principalmente pela prevalência do pleno emprego ou do desemprego, pela preponderância da produção ou de investimentos financeiros como fonte principal de lucro, pela prioridade dada à minimização dos custos de transação ou à minimização do custo da força de trabalho, pelo aperfeiçoamento das técnicas existentes ou pela inovação na produção. (WALLERSTEIN, 2003, p. 72)

Neste sentido, embora ele reconheça que estamos, hoje, claramente vivendo um período de transformação, não se trata do ingresso num mundo já há muito globalizado, mas, na realidade, da entrada numa fase de transição e de metamorfose daquilo que ele chama de sistema-mundo. Quanto a isto, Wallerstein esclarece:

[o] que se entende por uma economia-mundo é uma grande zona geográfica dentro da qual há uma divisão do trabalho e, portanto, significativa troca interna de bens básicos ou essenciais, bem como fluxos de capital e trabalho. A característica definidora de uma economia-mundo é que *não* é delimitada por uma estrutura política unitária. Pelo contrário, há muitas unidades políticas dentro da economia-mundo, frouxamente amarradas em nosso moderno sistema-mundo em um sistema interestatal. E uma economia-mundo contém muitas culturas e grupos. Isso não significa que eles não envolvem alguns padrões culturais comuns [...]. Isso significa que nem a política nem a homogeneidade cultural deve ser esperada ou encontrada em uma economia-mundo. O que unifica a estrutura é a divisão do trabalho que é constituída em seu interior. (2004, p. 23, tradução própria, itálicos do autor).

Neste sentido, considerando que o sistema capitalista deve ser entendido como um sistema no qual é dada prioridade à interminável acumulação de capital – e não meramente como uma organização social na qual pessoas e firmas produzem para obter salário e lucro –, Wallerstein (2004, p. 24) conclui que apenas o moderno sistema-mundo tem sido uma economia capitalista e que a economia-mundo e o sistema capitalista andam juntos. O propósito da acumulação de capital é mais acumulação de capital, num processo contínuo e sem fim.

Nesses termos, a década de 1960 teria assistido à saturação do mercado mundial e à conseqüente diminuição da rentabilidade de grandes setores industriais dada pelo “crescimento da produção mundial decorrente da retomada e da expansão da produção da Europa Ocidental e do Japão” (WALLERSTEIN, 2003, p. 76), algo que teria provocado uma mudança na destinação principal dada aos recursos capitalistas, que teriam passado da esfera produtiva para a financeira (vistas como duas esferas contrapostas), assim como

provoca um deslocamento da produção dos grandes centros capitalistas para regiões em processo de industrialização e desenvolvimento.

Configura-se, assim, um período de recessão a partir da década de 1970, indicando a saída de uma fase A do ciclo de Kondratiev (representada pelos 30 anos gloriosos) e a concomitante entrada numa fase B, cujo aprofundamento e perturbações põem em discussão a existência de mecanismos estabilizadores que conduziriam ao restabelecimento do equilíbrio e à posterior entrada numa nova fase A. A resposta de Wallerstein (2003, p. 84-85) é a de que isso sem dúvida se configuraria. “Entretanto, o equilíbrio nunca é restaurado imediatamente, mas somente após um desvio suficiente frente à norma. Além disso, a correção, evidentemente, jamais é perfeita”, de modo que o equilíbrio jamais se restabelece num mesmo nível, considerando as mudanças sistêmicas provocadas pelos mecanismos corretores das perturbações.

Nestas circunstâncias, isto é, nessa busca incessante pelo restabelecimento do equilíbrio, teriam se manifestado três grandes tendências seculares que entram em confronto com a lógica capitalista de interminável acumulação (posto que já estariam em processo há 400 ou 500 anos, de acordo com Wallerstein): i) o processo de desruralização ou urbanização; ii) o esgotamento ecológico; e iii) a democratização. Esse triplo processo se choca com a tendência mais geral do sistema, produzindo uma pressão poderosa sobre os níveis de lucro, seja por aumento dos custos do trabalho, seja por aumento dos custos dos fatores de produção, seja, finalmente, por aumento dos impostos para manutenção de um estado de bem-estar social. O desencadeamento de tais tendências estaria impedindo que os ciclos caminhassem no sentido de um retorno ao equilíbrio e o sistema estaria se vendo diante de sua crise final, a partir da qual uma nova estrutura com novos ciclos, tendências e equilíbrios se faria possível. Para Wallerstein, seria este o momento atual vivenciado pelo sistema capitalista mundial: uma nova fase do capitalismo que, longe de representar uma fase imperialista diz muito mais respeito a uma fase de transição a algo novo, desconhecido e indefinível.

2. O imperialismo clássico e a Teoria Marxista da Dependência

A dinâmica da dependência construída por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e pelo próprio Theotônio dos Santos parte das principais conclusões da “linha principal” das teses clássicas do imperialismo, representada por Hilferding, Lenin e Bukhárin. Estes

autores, de um modo geral, compreendem o imperialismo como uma fase do capitalismo¹ na qual, como define Lenin,

[...] ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LENIN, 2009, p. 90).

A isto acrescenta:

[...] o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. (LENIN, 2009, p. 125)

A teoria da dependência, então, como complementação necessária à teoria do imperialismo, surge em meados da década de 1960 (entre 1964-67), no contexto histórico de superação do processo de substituição de importações e de emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana. Como bem assinala Valencia (2007, p. 29, tradução própria), os pressupostos doutrinários e econômico-políticos da teoria do imperialismo em sua formulação clássica

[...] foram insuficientes para caracterizar o mundo que se desenvolvia na periferia do sistema capitalista dominante, particularmente em sua função histórica de viabilizá-lo. É desta maneira que o ‘conceito’ dependência [...] representa um complemento necessário da teoria do imperialismo para dar conta da natureza das sociedades que se desenvolvem de maneira subordinada na periferia do sistema, como é o caso da América Latina.

Assim, embora, Lenin, Bukharin e o próprio Hobson tenham apontado em suas discussões sobre o imperialismo aquelas que seriam as bases ou as prerrogativas essenciais da dependência, quais sejam, o parasitismo econômico e a subordinação da classe trabalhadora dos países periféricos às necessidades de enriquecimento e

¹ Ainda que para Hilferding e Bukhárin o imperialismo seja visto como uma política, trata-se, para ambos, da “política do capital financeiro”, o que revela, portanto, a política própria de uma fase específica de desenvolvimento do capitalismo.

acumulação por parte das classes dominantes dos países imperialistas, eles não avançaram, por meio de tais intuições para o plano mais concreto da forma de operar de tais economias. Assim, eles se limitaram à mera (mas não pouco importante) constatação dos fenômenos sem um maior aprofundamento do ponto de vista categorial. Esse esforço, porém, não deve, sob nenhuma hipótese, ser desprezado, já que abriu as portas para um campo de discussão bastante amplo e fértil dentro do marxismo, deixando à teoria da dependência o espaço para levar a cabo essa construção.

A proposta da teoria da dependência era, então, a de compreender e analisar os efeitos do processo de internacionalização na estrutura interna dos países considerados periféricos. Deste modo, é como se a explicação e caracterização dos fenômenos mais gerais ocorridos em nível mundial ficasse a cargo da teoria do imperialismo, enquanto que a percepção de como esses fenômenos mais gerais impactariam a estrutura social, econômica, política e cultural interna dos países periféricos seria tarefa própria da teoria da dependência.² Em outras palavras, o que nos parece é que o objetivo dos teóricos clássicos do imperialismo era o de analisar as alterações ocorridas no sistema capitalista como um todo e o objetivo da teoria da dependência, complementarmente, era o de verificar como a lógica imperialista se reproduzia na periferia a partir do desenvolvimento do capitalismo em seu interior, construindo categorias teóricas específicas que dessem suporte a essa investigação. Com isso podemos apresentar os traços gerais presentes nas teses dependentistas, independentemente das vertentes às quais se associam.

2.1. Os traços essenciais da dependência em sua vertente marxista

Como sugere Dos Santos (2000, p. 21), a teoria da dependência aparece como uma crítica à tradicional “visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento”, que considerava que o “[...] ‘atraso’ dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam a seu pleno desenvolvimento ou modernização”.

A compreensão até então difundida acerca das desigualdades promovidas pelas relações econômicas internacionais girava em torno da ideia de que os países “avançados”

² Autores como Cueva (1974) e Castañeda & Hett (1978) advogam em favor da redundância da teoria da dependência, afirmando que os teóricos desta corrente não fazem nada mais do que reafirmar a teoria do capitalismo, de Marx, e a do imperialismo, de Lenin. Não cabe aqui discutir a validade dos argumentos, mas vale mencionar que um importante rebatimento a esta desqualificação foi oferecido por Marini (1990).

se encontravam no extremo superior de um *continuum* evolutivo que se caracteriza pelo pleno desdobramento do aparelho produtivo, ao passo que os países “atrasados” se veriam num estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos desse desdobramento. Neste escopo, encontramos tanto o institucionalismo conservador de Walt Whitman Rostow,³ quanto a concepção heterodoxa de desenvolvimento da CEPAL dos anos 40 e 50, especialmente com as contribuições de Prebisch (1949) e Furtado (1959).

O incômodo que pode causar a percepção que fazemos da CEPAL como uma teoria etapista de desenvolvimento deve se dissipar quando consideramos que, muito embora tenha representado um avanço em relação à teoria clássica do comércio internacional, assentada no princípio das vantagens comparativas, de extração ricardiana, a Comissão se mantinha

fiel à ideia do desenvolvimento econômico como *continuum*, [...] [pois] não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente diversos, marcados pelo antagonismo e a complementaridade [...] mas tão somente como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico da acumulação de capital. (MARINI, 1992, p. 77-78)

Assim sendo, haveria possibilidade de desenvolvimento capitalista na periferia, desde que fosse aplicada uma política econômica adequada, com medidas corretivas direcionadas ao comércio internacional e à reversão dos mecanismos provocadores da deterioração nos termos de troca, numa espécie de desenvolvimento autônomo que atingiria, em algum momento, seu estado pleno e superior. Daí a proposta de uma política pró-industrialização defendida pela Comissão, como forma de

O problema chave percebido nessas concepções é o de que as disparidades entre as nações e suas condições de desenvolvimento eram captadas apenas no âmbito quantitativo da questão, sem maior aprofundamento no que diz respeito aos aspectos estruturais que fundamentavam estas desigualdades.⁴ Portanto, ao contrário do que

³ Rostow publica em 1959 o artigo *The Stages of Economic Growth*, que, adotando a sociedade americana como uma espécie de sociedade ideal, advoga a ideia de que o desenvolvimento deve se dar através de cinco etapas sequenciais, de modo que nenhuma delas pode ser burlada justamente porque todas seguem uma ordem lógica (ou uma escala evolutiva) que, se respeitada, leva a uma situação ótima de desenvolvimento a ser alcançada por todas as economias, qual seja a formação de uma sociedade de consumo de massa.

⁴ Nas palavras de Marini, “o elemento central da teoria do desenvolvimento é a ideia do desenvolvimento como um *continuum* e do subdesenvolvimento como uma etapa prévia ao desenvolvimento pleno, que seria

apontavam as concepções tanto de Rostow quanto da CEPAL, o que a prática mostrava é que todas as ex-colônias tinham o seu desenvolvimento limitado por sua forte dependência econômica e política em relação à economia internacional.

Sistematizando esta leitura, a teoria da dependência se firma como

um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas. (DOS SANTOS, 2000, p. 26).

As ideias centrais defendidas pela teoria da dependência passam por quatro pontos específicos. O primeiro deles seria a visão de que o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados. O segundo contempla a ideia fundamental de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal. O terceiro aspecto refere-se ao fato de que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista. Por fim, o quarto ponto inclui o fato de que a dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna, nos âmbitos social, ideológico e político (BLOMSTRÖM e HETTNE, 1990, p. 15).

Deste modo, em linhas gerais, a percepção é a de que o modo de produção capitalista é intrinsecamente desigual e excludente e que desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos antagônicos – por se tratarem de situações distintas dentro de uma mesma lógica de acumulação – e, ao mesmo tempo, complementares. Isto se justifica pelo fato de que a lógica mundial de acumulação capitalista possui características que produzem o desenvolvimento de determinadas economias na mesma medida em que produzem o subdesenvolvimento de outras. Daí conclui-se que a dependência é uma característica estruturante das economias periféricas diante da prevalência da lógica de acumulação capitalista, restando às nações dependentes apenas a possibilidade de transitarem entre distintos graus de dependência.

As relações tradicionais são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para

assim acessível a todos os países que se esforçassem por reunir as condições adequadas para isso” (1992, p. 72).

os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, dividendos, amortizações, royalties, patentes, etc., ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. E a geração deste excedente não se dá, nos países periféricos, em função da criação de níveis avançados de tecnologia, mas através da superexploração da força de trabalho⁵ (MARINI, 1990).

3. Limites da teoria do sistema-mundo dentro do quadro analítico das teorias do imperialismo e da dependência: a título de conclusão

Algumas perguntas importantes emergem a partir da recuperação das teorias acima sintetizadas, com particular foco para os elementos levantados pela TSM em confronto com aqueles postos pela TMD e a teoria do imperialismo. A primeira delas, que nos parece a mais desconcertante, se relaciona à categoria semiperiferia e pode ser assim formulada: a semiperiferia é mais periferia ou é mais centro? Como é possível ser quase periferia e quase centro ao mesmo tempo? O que é ser mais ou menos periferia e mais ou menos centro?

Não há na análise, claramente, um tratamento sobre aquilo que se chama de semiperiferia para além daquele relacionado à forma como se organiza a produção. Não se define qual a dinâmica própria de uma estrutura semiperiférica, assim como não se estabelece a linha divisória entre uma posição e outra. Mais do que isso, admite-se a transição de posições. Ao centro, cabe a articulação tecnológica da economia mundial. À periferia, o fornecimento de matérias primas, recursos estratégicos, insumos que favoreçam a especialização do centro na produção de produtos de mais alta incorporação tecnológica. À semiperiferia, uma dupla especialização: indústria produtora de partes componentes, tentando criar um espaço industrial autônomo.

Se é assim, podemos dizer que o Brasil é semiperiferia? Os países do BRICS são semiperiferia? Em que momento histórico o Brasil deixou de ser país periférico? E quando foi que os EUA ou a Alemanha passaram à posição de periferia? Portugal é mais semiperiferia do que Espanha? Grécia do Itália? Em qual dessas economias se construiu um espaço industrial verdadeiramente autônomo?

⁵ A categoria “superexploração do trabalho” foi desenvolvida por Marini no sentido de apontar para uma característica própria e definidora da condição dependente. Trata-se da “violação” do valor da força de trabalho como consequência da necessidade de intensificar a acumulação de capital na periferia, considerando o fato de que esse processo é comprometido pelas remessas de excedentes para o exterior, dadas pelo tipo de inserção externa dessas economias no mercado mundial.

Nessa linha, perguntamos: o que é que define a dependência? É a especialização na produção baseada na exploração de recursos naturais? O que é que a caracteriza? Se superexploração não é mais traço distintivo, o que é?

Além disso, quando se menciona que a separação que se faz entre centro e periferia não considera ambas as estruturas de maneira separada, com leis próprias de desenvolvimento, tratando-se, por isso, de um único sistema no qual figuram diferentes setores exercendo diferentes funções, cria-se de imediato a sensação de aproximação entre a TSM e a lei das vantagens comparativas.

Outra crítica potencial a esta visão é a de que ela naturaliza os períodos de transição, como se fossem todos esses pontos nodais resultados imediatos de esgotamentos e exacerbação de contradições aos quais os sistemas vigentes caminhariam inevitavelmente, jogando em segundo plano (ou em plano nenhum) a luta de classes como o elemento de convulsão que possibilita as viradas e a criação das condições para a formação e consolidação de novos sistemas-mundo. Isto é algo que, de início, nos faz contestar o marxismo reivindicado pelos autores próximos a esta interpretação como sendo o arcabouço teórico no qual estão enraizadas suas visões de mundo. No discurso tudo bem dizer que é marxista e apontar os elementos que levam a esta aproximação. Mas na formulação estes elementos se perdem. É o caso, por exemplo, da admissibilidade da transição entre as posições de centro, periferia e semiperiferia, podendo um país, a depender do avanço das forças produtivas, caminhar para uma zona ou outra nas relações internacionais.

Referências Bibliográficas

BLOMSTRÖM, Magnus e HETTNE, Björn. (1990). *La Teoría Del Desarrollo en Transición*. México: Fondo de Cultura Económica.

BUKHARIN, Nikolai I. (1985). *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas).

CASTAÑEDA, Jorge e HETT, Enrique (1978). *El economismo dependentista*. México: Siglo XXI.

CUEVA, Agustín (1974). "Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia". In: *Historia y Sociedad*, n.3, México.

DOS SANTOS, Theotônio (2000). *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FURTADO, Celso. (1959). *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

HILFERDING, Rudolf (1985). *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas).

HOBSON, John Atkinson (1902). *Imperialism, a study*. New York: James Pott and Co.

LENIN, Vladimir. I. (1917/2009). *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Centauro.

MARINI, Ruy Mauro (1990). *Dialéctica de la Dependencia*. México: Ediciones Era.

_____ (1992). *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Editora Brasil Urgente.

_____ (2005). “Dialética da Dependência”. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.

MARX, Karl (1974). *O Capital: crítica da economia política*, 5 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PREBISCH, Raúl (1949). El Desarrollo Económico de la América Latina e Algunos de sus Principales Problemas. In: *Boletín Económico de La América Latina*, CEPAL.

ROSTOW, Walt Whitman (1978). *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. 6ª edição. São Paulo: Ed. Zahar.

WALLERSTEIN, Immanuel (2003). “Mundialização ou Era de Transição? Uma Visão de Longo Prazo da Trajetória do Sistema Mundo”. In: CHESNAIS, François et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo: Xamã.

_____ (2004). *World-Systems Analysis: an Introduction*. Durham: Duke University Press.